

“CARTA ABERTA À NOBREZA CRISTÃ DA NAÇÃO ALEMÃ” – A INFLUÊNCIA DE LUTERO SOBRE A LIDERANÇA POLÍTICA DO SACRO IMPÉRIO ROMANO GERMÂNICO

Leonardo Pasqual¹

RESUMO:

A venda das indulgências papais em território do Sacro Império Romano Germânico no início do século XVI levou Martinho Lutero, monge agostiniano e doutor em teologia, a iniciar um debate teológico que extravasou o ambiente acadêmico e chegou às cortes principescas alemãs. Este trabalho visará contribuir para o debate interdisciplinar entre teologia e história política por meio de uma breve análise da “Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã”, uma das principais fontes originais da reforma proposta por Lutero, e a influência que ela exerceu sobre príncipes alemães, que a utilizaram como ferramenta na busca por seus objetivos políticos.

PALAVRAS-CHAVE:

Lutero, Indulgências, Reforma, Liga de Esmalcalda, Paz de Augsburgo,

INTRODUÇÃO

Cuius Regio, eius et Religio. “De quem for o reino, dele será a religião”. Este princípio foi institucionalizado pela Paz de Augsburgo, em 1555, que encerrou a primeira série de lutas entre príncipes católicos e protestantes integrantes do Sacro Império Romano Germânico. A religião do príncipe passaria a ser adotada por todos seus súditos e aqueles que não se conformassem poderiam partir².

A influência da religião sobre as relações humanas e as relações entre Estados é uma questão bastante complexa, que tem sido abordada por extensa historiografia, inclusive no campo da teologia.

Neste contexto, este artigo se propõe a apresentar uma breve análise da “Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã”, uma das principais fontes originais da reforma proposta

¹ Oficial da Reserva da Marinha, especializado em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense, é responsável pela disciplina de História Naval no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, da Marinha do Brasil (leopasqual@gmail.com).

² JOHNSON, Paul. História do Cristianismo, p. 350.

por Lutero, e a influência que ela exerceu sobre príncipes alemães vassallos do Sacro Império Romano Germânico, que a utilizaram como ferramenta na busca por seus objetivos políticos.

Nas considerações finais será realizada uma breve análise dos fatos apresentados, tendo como referencial teórico o modelo historiográfico proposto pela “Escola dos *Annales*”³, visando contribuir para o debate interdisciplinar entre teologia e história política.

MARTINHO LUTERO, REFORMADOR DA IGREJA

Segundo Marc Bloch, “o objeto da história é, por natureza, o homem”⁴. Além disso, os fenômenos históricos não podem ser explicados plenamente “fora de seu momento”⁵. Portanto, o melhor lugar para se começar uma análise da reforma proposta por Martinho Lutero é a própria vida do proponente e o contexto em que ela se desenvolveu. Afinal, para Giacomo Martina, historiador eclesiástico católico, “é justo ver em Lutero o alemão por excelência”, o homem que “contribuiu para a formação de uma consciência nacional alemã”⁶.

Martinho Lutero nasceu em 10 de novembro de 1483, na cidade alemã de Eisleben, filho primogênito de um minerador de cobre que se elevou da classe de camponeses, tornando-se “próspera para o padrão da região”. Seu pai planejava que se tornasse advogado, naquela época, uma carreira de “excelentes perspectivas”⁷. Primeiro de sua família a receber educação formal⁸, Lutero concluiu seus estudos básicos na Universidade de Erfurt, mas ao invés de seguir o curso de Direito, entrou para o monastério agostiniano de Erfurt, a fim de se tornar monge. O próprio Lutero explicou depois que esta decisão foi tomada quando ele foi derrubado do cavalo por um raio em meio a uma tempestade. Esta mudança radical na vida de Lutero demonstrou algumas das questões pessoais que motivariam sua carreira como teólogo, como o medo da morte e do inferno⁹.

Desde o início, “a carreira de Lutero como monge foi marcada pela excelência intelectual, de um lado, e pela espiritualidade com meticulosidade exagerada, de outro lado”. Lutero, depois, reconheceu que sua “escrupulosa observância da disciplina monástica” visava garantir sua “entrada no céu”. O superior de Lutero, Johann von Staupitz, recomendou-lhe o

³ BLOCH, Marc. *Apologia da História*, p. 7-12.

⁴ *Ibid.*, p. 54.

⁵ *Ibid.*, p. 60.

⁶ MARTINA, Giacomo. *História da Igreja – De Lutero a Nossos Dias*, p. 123.

⁷ MCGRATH, Alister E. *Revolução Protestante*, p. 45.

⁸ LINDBERG, Carter. *Reformas na Europa*, p. 74.

⁹ MCGRATH, *op. cit.*, p. 45-46.

estudo de teologia como “antídoto para a introspecção mórbida” e o enviou de volta à Universidade de Erfurt para iniciar seus estudos formais de teologia.¹⁰

A teologia predominante à época era a “forma moderna”, que defendia a tese que a salvação era baseada na “graciosa resposta divina a uma iniciativa moral do homem”, a qual se expressava por meio do lema “Deus não negará graça àqueles que fazem o seu melhor”. Por outro lado, “Deus não recompensaria a pessoa a menos que ela fizesse algo para merecer esse ato”¹¹. Este entendimento decorria de uma sensação de insegurança causada pelas rápidas mudanças sociais em curso desde o final da Idade Média, que questionavam os valores e verdades tradicionais, mas que era exacerbada pela própria Igreja ao “promover um tipo de prática pastoral destinada a deixar as pessoas incertas quanto à sua salvação” e, assim, ficarem dependentes das intercessões da Igreja¹².

Em 1512, depois de tornar-se “doutor juramentado da Escritura Sagrada”¹³, Lutero aceitou uma posição de conferencista em estudos bíblicos na Universidade de Wittemberg, criada apenas dez anos antes por Frederico III, o Sábio. Foi durante nesta época, motivado por sua própria busca religiosa pessoal pela certeza da salvação¹⁴, que Lutero desenvolveu sua “nova definição da justiça de Deus”, que se tornou a “plataforma por renovação e reforma da Igreja”¹⁵.

A partir de 1516, Lutero já afirmava que a principal fonte da teologia cristã “não era a tradição escolástica ou a filosofia de Aristóteles”, mas a Bíblia, especialmente conforme interpretada a partir dos escritos de Agostinho de Hipona¹⁶. A doutrina da justificação pela fé desenvolvida por Lutero apresentou uma alternativa para obtenção da salvação que era radicalmente diferente das ideias vigentes, baseadas na ação do homem. Para Lutero, a transformação pessoal ocorreria como “consequência do amor de Deus e não como condição para este amor”¹⁷. Para o teólogo Alister McGrath, “o elemento mais radical da doutrina da justificação de Lutero é a concepção da salvação como um assunto que afeta a Deus e ao indivíduo”¹⁸, sem necessidade de intermediários, ideia que foi bem recebida pela cultura de sua época, “cada vez mais individualista”¹⁹.

¹⁰ Ibid., p. 46.

¹¹ Ibid., p. 47.

¹² LINDBERG, op. cit., p. 77.

¹³ Ibid., p. 84.

¹⁴ Ibid., p. 85.

¹⁵ MCGRATH, op. cit., p. 47.

¹⁶ Ibid., p. 48.

¹⁷ Ibid., p. 49.

¹⁸ Ibid., p. 49.

¹⁹ Ibid., p. 50.

O que notabilizou Lutero e o associou com o início da Reforma foi a controvérsia que ele sustentou contra a prática da venda de indulgências, a partir da publicação das suas “95 Teses”²⁰ em Wittemberg, em 31 de outubro de 1517.

Desde 1507, com o início das obras de construção da nova basílica de São Pedro, que o Papa Júlio II tinha “concedido uma indulgência como jubileu a quem oferecesse esmolas para essa obra”²¹, iniciativa repetida por Leão X em 1514. Nesta mesma época, Alberto de Brandemburgo, que já era arcebispo de Magdeburgo, foi nomeado bispo de Mogúncia (Mainz), o que lhe daria o direito de participar da eleição imperial²². Entretanto, para tomar posse, Alberto teria que pagar a Roma uma grande quantia, que ele não dispunha naquele momento. A solução veio por meio de um empréstimo tomado a um dos maiores bancos da época, a casa Fugger, o qual seria pago pela venda de indulgências em suas dioceses. A pregação começou em 1517, conduzida pelo monge dominicano Johannes Tetzel, que “nem sempre se manteve nos limites da ortodoxia”, conforme atesta a frase a ele atribuída, de que “mal a moeda cai na caixa de esmolas, a alma é libertada do Purgatório”.²³

A reação de Lutero aos abusos da pregação e da doutrina das indulgências assumiu a forma de uma carta a Alberto de Brandemburgo, convidando-o a “tomar providências contra os abusos”, que enviou juntamente com as 95 Teses sobre as indulgências, convidando-o também a uma discussão teológica sobre o assunto²⁴.

As ideias de Lutero, “inquestionavelmente perigosas e subversivas”, representavam um “desafio para as finanças da Igreja”²⁵, mas foi o contexto político existente no Sacro Império Romano Germânico que muito contribuiu para a exaltação da controvérsia, pois as classes dominantes dos Principados alemães “ressentiam-se com a interferência papal em assuntos eclesiásticos e políticos locais”, pois isto comprometeria sua autoridade²⁶. Neste sentido, a questão original da Reforma “parece ter sido a questão da autoridade papal” e não o tema da justificação²⁷.

O papado não respondeu prontamente ao desafio de Lutero, pois estava envolvido no processo de escolha do próximo imperador do Sacro Império e Frederico III, o protetor de

²⁰ LUTHER, Martin. Disputation of Doctor Martin Luther on the Power and Efficacy of Indulgences.

²¹ MARTINA, op. cit., p. 130.

²² O Imperador do Sacro Império Romano Germânico era escolhido por um grupo de príncipes conhecidos como “príncipes-eleitores”. A Dieta de Nuremberg, de 1356, definiu em sete o número de eleitores.

²³ MARTINA, op. cit., p. 131.

²⁴ Ibid., p. 131.

²⁵ MCGRATH, op. cit., p. 53.

²⁶ Ibid., p. 54.

²⁷ LINDBERG, op. cit., p. 100.

Lutero, era príncipe-eleitor da Saxônia²⁸. Lutero, entretanto, não permaneceu parado, tendo participado de debates públicos com outros teólogos, como na “Disputa de Leipzig”, em julho de 1519. Além disso, ele passou também a promover suas ideias reformistas diretamente para o povo alemão por meio da imprensa. Foi neste contexto que foi escrita a “Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã”, que foi publicada em agosto de 1520, logo após a divulgação da bula *Exsurge Domine* (Levante, ó Senhor), emitida pelo Papa Leão X em 15 de junho de 1520 e que condenava Lutero à excomunhão, caso este não se retratasse de várias de suas teses²⁹. Apesar da ameaça papal, boa parte dos príncipes alemães estava se agrupando ao lado de Lutero e, em dezembro de 1520, este queimou publicamente a bula papal juntamente com uma cópia do *Corpus Iuris Canonici*, fundamento jurídico da Igreja Católica³⁰.

CARTA ABERTA À NOBREZA CRISTÃ DA NAÇÃO ALEMÃ

Como vimos acima, a “Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã” foi publicada em agosto de 1520, logo após a divulgação da bula *Exsurge Domine*, que exigia que Lutero se retratasse de várias de suas teses, sob ameaça de excomunhão. Segundo a introdução de uma das melhores coleções em inglês das obras completas de Lutero, a “*Philadelphia Edition*”, de 1915, os manuscritos da “Carta Aberta” foram enviados para publicação em 23 de junho de 1520³¹. Assim, como Lutero informou a seu amigo Spalatino³², em carta datada de oito de junho, que pretendia escrever a Carlos V, recém-eleito sacro imperador romano germânico, provavelmente a “Carta Aberta” foi escrita em apenas duas semanas.

Ainda segundo a introdução da “*Philadelphia Edition*”, a “Carta Aberta” faria parte da controvérsia de Lutero com Priérias³³, o qual defendia a teoria da primazia do poder papal, cada vez mais questionada por Lutero, e seria sua primeira publicação após ter reconhecido que seu rompimento com o papado era definitivo. Para que esta postura fosse possível, entretanto, Lutero teria que contar com o apoio dos nobres alemães, grupo ao qual a “Carta Aberta” também é destinada, juntamente com o Imperador Carlos V. Afinal, diante da “aflição do povo alemão”, que estaria sendo causada pela “tirania e cobiça” do papa e de seus cardeais, e tendo se mostrado inúteis os apelos e protestos à própria hierarquia da Igreja,

²⁸ Ibid., p. 102.

²⁹ MCGRATH, op. cit., p. 54-57.

³⁰ LINDBERG, op. cit., p. 110.

³¹ LUTHER, Martin. An Open Letter to The Christian Nobility of the German Nation, p. 3.

³² George Spalatino foi um teólogo e reformador alemão, companheiro de Lutero na Universidade de Erfurt.

³³ Silvestro Mazzolini da Priero, teólogo dominicano italiano, primeiro oponente literário de Lutero.

restaria apenas o recurso às autoridades temporais representadas por Carlos V e seus nobres, para que intervissem em favor das “almas que estariam sendo destruídas” pelo “governo demoníaco de Roma”³⁴.

Os manuscritos da “Carta Aberta” foram enviados para publicação acompanhados por uma carta em que Lutero pediu a Nicolau von Amsdorf, seu colega em Wittemberg, para revisar o texto e aprimorá-lo, caso julgasse necessário. Lutero começou essa carta de apresentação parafraseando Eclesiastes 3:7, ao afirmar que “o tempo de calar passou e o tempo de falar é chegado”. Em seguida, expôs claramente sua intenção com o texto da “Carta Aberta”, a qual visaria “apresentar algumas questões referentes à reforma do Estado Cristão, para serem depositadas diante da Nobreza Cristã da Nação Alemã, na esperança de que se dignem a ajudar Sua Igreja por intermédio dos esforços do laicado, já que o clero, a quem esta tarefa mais apropriadamente pertence, tornou-se bastante indiferente”³⁵.

Lutero endereçou sua “Carta Aberta” à “mais Ilustre e Poderosa Majestade Imperial e à Nobreza Cristã da Nação Alemã” e, em sua abertura, se justificou por sua “petulância” e “temeridade” em se dirigir a eles, mas a “aflição e opressão que pesam sobre todos os Estados da Cristandade, especialmente da Alemanha”, e que não moveria somente a ele, Lutero, mas “todos a clamarem vez após vez e a orarem por socorro”, forçaram-no a clamar em alta voz para que “Deus talvez inspire alguém com Seu Espírito a oferecer ajuda a essa sofrida nação”.³⁶

Prosseguindo, Lutero afirmou que os Concílios já teriam sido úteis, no passado, para a correção, mas que essas tentativas teriam sido “habilmente impedidas pela perfídia de certos homens e a situação foi do ruim para o péssimo”. Portanto, Lutero afirmou pretender, “com a ajuda de Deus”, lançar alguma luz sobre os “ardis e perversidades” desses homens, a fim de que estes deixassem de ser “tão danosos e um obstáculo tão grande” Para tanto, Lutero considerou a jovem nobreza “uma dádiva divina” para guiá-los e “despertar grandes esperanças em muitos corações”.³⁷

Segundo Lutero, a “primeira e mais importante consideração” era que tivessem “a mais zelosa cautela” para não confiar demasiadamente na capacidade humana, mesmo que “todo o poder do mundo estivesse com eles”, pois Deus não suportaria que uma boa obra começasse pela confiança depositada no próprio poder ou razão. Em defesa deste argumento, Lutero citou o Salmo 33:16 “Nenhum rei se salva pelo tamanho do seu exército; nenhum

³⁴ LUTHER, op. cit., p. 4.

³⁵ Ibid., p. 6.

³⁶ Ibid., p. 7.

³⁷ Ibid., p. 7.

guerreiro escapa por sua grande força.”, além de lembrar o exemplo histórico de outros imperadores alemães que se levantaram contra os papas e foram derrotados³⁸. Portanto, Lutero encerrou sua introdução afirmando que seria necessária “humilde fé em Deus” e “sinceras orações”, enquanto buscavam nada além que a solução para miséria e aflição da “cristandade sofredora”, ou os “espíritos do mal” iriam causar tanta confusão que “o mundo inteiro iria nadar em sangue”, pois os papas já teriam demonstrado ser capazes de “usar a ajuda do diabo” para “lançar os reis uns contra os outros” e poderiam fazer isto novamente, caso eles agissem sem a ajuda de Deus.³⁹

Lutero afirmou que os “romanistas”, defensores da supremacia papal, teriam habilmente erguido “três muralhas” ao seu redor, que os protegeriam das tentativas de reforma do papado, o que seria a causa da “terrível corrupção existente em toda parte da Cristandade”.⁴⁰

Primeiro, quando pressionados pelo poder temporal, os “Romanistas” teriam criado decretos que negariam a jurisdição do poder temporal sobre eles, pois o poder espiritual estaria acima do poder temporal. Segundo, quando fossem feitas tentativas de reprová-los a partir das Escrituras, eles se oporiam com o argumento de que a interpretação das Escrituras seria exclusividade do papa. Terceiro, se ameaçados com um concílio, eles respondiam com a “fábula” de que somente o papa poderia convocar um concílio. Para Lutero, o uso desse ardil estaria impedindo que os “Romanistas” fossem corrigidos, permitindo que saíssem impunes de toda “patifaria e perversidade” que podia ser vista. Contra estas “muralhas”, Lutero propôs os argumentos apresentados a seguir.⁴¹

Lutero se opôs à primeira muralha, que o poder temporal não possuiria jurisdição sobre o “estado espiritual”, afirmando que se tratava de “pura invenção” a existência de esferas diferentes de poder, que isto seria uma “mentira” e uma “hipocrisia”. Para Lutero, ninguém deveria temer esta divisão de poderes, pois todos os cristãos pertenceriam ao “estado espiritual” e não haveria nenhuma diferença decorrente das funções exercidas, conforme teria escrito Paulo aos Coríntios; “que somos um só corpo, ainda que cada membro tenha sua

³⁸ Os imperadores Hohenstaufen travaram dura disputa com o papado pelo controle dos territórios italianos que pertenciam ao Império, principalmente Frederico Barbarossa e seu neto Frederico II, que morreu excomungado pelo Papa Inocêncio IV.

³⁹ Ibid., p. 8.

⁴⁰ Ibid., p. 9.

⁴¹ Ibid., p. 9.

própria função, cada um serve ao outro, pois temos um só batismo, um Evangelho, uma fé”⁴²; pois assim, bastariam batismo, Evangelho e fé para nos tornar “espirituais” e “povo cristão”.⁴³

Lutero, então, lançou um dos pilares daquilo que viria a ser conhecido como “teologia reformada” ao propor a ideia de que “unção, ordenação, tonsura ou vestimentas” não criariam distinção entre sacerdotes e leigos, pois o batismo consagraria todos os cristãos ao sacerdócio, conforme sua interpretação para I Pedro 2:9⁴⁴. Para reforçar seu argumento, Lutero citou a própria Lei Canônica, que reconheceria a validade dos sacramentos conferidos por cristãos leigos em caso de extrema necessidade, o que só teria fundamento se todo e qualquer cristão fosse um sacerdote. Portanto, para Lutero, se as autoridades temporais fossem batizadas com o mesmo batismo e possuíssem a mesma fé e Evangelho que os religiosos, seria necessário reconhecer que estas também seriam sacerdotes, no exercício do seu ofício em benefício da comunidade cristã. Desta forma, segundo Lutero, justamente por sermos todos sacerdotes, ninguém deveria tomar a frente dos demais sem o consentimento e eleição da comunidade. Assim, um clérigo cristão seria apenas o ocupante de um cargo, com as prerrogativas inerentes ao cargo, mas deixaria de ser um clérigo se fosse deposto. Para Lutero, a ideia de que um clérigo jamais deixaria de ser um clérigo seria apenas “conversa e lei humana”, bem como Cristo ter dois “corpos”, um “temporal” e outro “espiritual”, pois haveria apenas um corpo, do qual Ele seria a única cabeça.⁴⁵

A oposição de Lutero à segunda muralha, que afirmava a palavra final do papa na interpretação das Escrituras, atacou diretamente a doutrina da “infalibilidade papal”, conforme defendida por teólogos “romanistas”, como Priérias, já citado anteriormente. O argumento de Lutero era que as Escrituras perderiam sua função, caso fosse possível a qualquer pessoa se tornar infalível na interpretação da vontade de Deus, mesmo que pela presença do Espírito Santo em sua vida. Além deste argumento, Lutero cita novamente Paulo aos Coríntios: “Se vier uma revelação a alguém que está sentado, cale-se o primeiro. Pois vocês todos podem profetizar, cada um por sua vez, de forma que todos sejam instruídos e encorajados.”⁴⁶ Assim, estaria claro que o Espírito Santo poderia falar a mais de uma pessoa sem que qualquer uma tivesse primazia sobre as outras, como os “romanistas” estariam tentando atribuir ao papa sobre os demais cristãos.⁴⁷

⁴² I Coríntios 12:12-13

⁴³ Ibid., p. 10.

⁴⁴ “Vocês, porém, são geração eleita, sacerdócio real, nação santa, povo exclusivo de Deus, para anunciar as grandezas daquele que os chamou das trevas para a sua maravilhosa luz.” (NVI)

⁴⁵ Ibid., p. 10-13.

⁴⁶ I Coríntios 14:30-31

⁴⁷ Ibid., p. 13-14.

Outra questão tratada por Lutero em sua refutação da doutrina da “supremacia papal” foi a alegação dos “romanistas” de que Jesus teria atribuído a Pedro esse poder quando lhe entregou as “chaves do Reino” e que esse poder pertenceria aos sucessores de Pedro como bispos de Roma. Lutero afirmou que “estava claro que as chaves não haviam sido entregues a Pedro apenas, mas a toda a comunidade cristã” e que isso não passava de uma “invenção sem sentido”, a qual reduziria toda a Igreja Cristã a um único homem.⁴⁸

Lutero finalizou seu argumento contra a segunda muralha referindo-se novamente ao seu postulado de que todos os cristãos seriam sacerdotes e apresentando novas referências bíblicas, tais como a de que “não deveríamos permitir que o espírito de liberdade fosse espantado pelos fabricantes de papas”⁴⁹; de que “a jumenta foi mais sábia do que o próprio profeta”⁵⁰; e de que “Paulo repreendeu Pedro quando este incorreu em erro”⁵¹.

O argumento de Lutero contra a terceira muralha, de que somente o papa poderia convocar concílios, foi baseado nos argumentos utilizados anteriormente contra as duas outras muralhas. Segundo ele, “a terceira muralha cai sobre si mesma quando as duas primeiras são derrubadas”, pois qualquer decisão do papa em contrário às Escrituras geraria sobre a Cristandade o dever de apoiá-las e corrigir o papa, conforme a interpretação de Lutero para Mateus 18:15-17⁵². Para Lutero, cada membro da comunidade teria o dever de zelar pelos outros, principalmente sobre aqueles imbuídos de autoridade, pois o erro destes traria maiores consequências sobre os demais. Portanto, a fim de que se pudesse levar o acusado perante a igreja, seria necessário reuni-la.⁵³

Adicionalmente, Lutero não via base bíblica para a afirmação “romanista”, também defendida por Priérias, de que só o pontífice poderia convocar concílios. Ao contrário, ao citar o chamado “Concílio Apostólico de Jerusalém”, Lutero afirmou que este não havia sido convocado por Pedro, mas pelos apóstolos e presbíteros⁵⁴. Semelhantemente, o Concílio de Nicéia não teria sido convocado nem confirmado pelo Bispo de Roma, mas pelo Imperador Constantino. Portanto, segundo Lutero, ninguém melhor do que a autoridade temporal estaria em condições de convocar concílios quando a necessidade assim demandasse, principalmente

⁴⁸ Ibid., p. 14.

⁴⁹ Romanos 8:14-15

⁵⁰ Números 22:21-34

⁵¹ Gálatas 2:11-14

⁵² “Se o seu irmão pecar contra você, vá e, a sós com ele, mostre-lhe o erro. Se ele o ouvir, você ganhou seu irmão. Mas se ele não o ouvir, leve consigo mais um ou dois outros, de modo que qualquer acusação seja confirmada pelo depoimento de duas ou três testemunhas. Se ele se recusar a ouvi-los, conte à igreja; e se ele se recusar a ouvir também a igreja, trate-o como pagão ou publicano.” (NVI)

⁵³ Ibid., p. 15.

⁵⁴ Atos 15:6

em caso de ofensa cometida pelo papa contra a Cristandade, já que esta autoridade haveria sido confirmada por Deus no exercício de funções de poder sobre os demais homens.⁵⁵

Continuando seu raciocínio, Lutero citou novamente Paulo para afirmar que “ninguém na Cristandade tem autoridade para causar dano ou para proibir a resistência ao dano” e que a autoridade na Igreja só existiria para a “edificação”⁵⁶. Portanto, para Lutero, qualquer autoridade que se tornasse obstáculo à edificação da Igreja deveria ser “desconsiderada” e sua conduta desprezada como a de um “louco”, pois seria somente o “poder do diabo” e o “Anticristo” que poderiam resistir ao que servisse para a edificação da Cristandade, mesmo que se fizessem acompanhar de “sinais e maravilhas”, pois estes seriam falsos.⁵⁷

Finalmente, Lutero concluiu seu texto sobre as “muralhas” afirmando acreditar que já estaria “dissipado” o “terror falso e mentiroso” com o qual os “romanistas” há longo tempo tornavam “tímidas e estúpidas as consciências”; que eles também estariam sujeitos ao poder temporal; que eles não possuiriam capacidades especiais para interpretação das Escrituras sem o devido estudo; e que eles não possuiriam a autoridade para impedir a realização de concílios. Se assim agissem, segundo Lutero, eles estariam, na verdade, em “comunhão com o Anticristo e o diabo” e não teriam “nada de Cristo, a não ser o nome”.⁵⁸

A segunda parte da “Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã” de Lutero relaciona os assuntos que “deveriam ser discutidos em concílios” e que deveriam “ocupar dia e noite” os papas, cardeais, bispos e acadêmicos, se eles “amassem a Cristo e Sua Igreja”. Entretanto, segundo Lutero, como eles negligenciavam seus deveres, deveriam deixar que o laicado e as autoridades temporais o fizessem. Portanto, Lutero conclamou seus “amados alemães” a “acordarem”, a temerem a Deus ao invés dos homens e, assim, a evitarem o mesmo destino das “pobres almas tão lamentavelmente perdidas por meio do vergonhoso e diabólico governo de Roma”.⁵⁹

Como primeira questão para debate, Lutero citou o “esplendor mundano” em viviam os papas, acima de reis e imperadores, logo eles que “se afirmavam vigários de Cristo e sucessores de São Pedro”, mas que seriam “mais mundanos que o próprio mundo”, em nada semelhantes a “Cristo e São Pedro em sua pobreza”. Adicionalmente, Lutero alertou para a prática destes poderes em classificarem como “heresia” a qualquer “palavra dita contra a atitude deles”. Em defesa de seu argumento, Lutero apresentou algumas citações bíblicas: que

⁵⁵ Ibid., p. 16.

⁵⁶ II Coríntios 10:8

⁵⁷ Ibid., p. 16-17.

⁵⁸ Ibid., p. 17.

⁵⁹ Ibid., p. 18.

deveríamos “procurar fazer o que é correto aos olhos de todos”⁶⁰, que “o reino de Cristo não era deste mundo”⁶¹ e que “deveríamos ter a mesma atitude de Cristo, que esvaziou-se a si mesmo, vindo a ser servo e tornando-se semelhante aos homens”⁶².

A segunda questão para debate apresentada por Lutero foi a razão de ser da existência dos cardeais. Segundo ele, estes só serviriam para “devorar” as rendas dos mosteiros, fundações e bispados, levando-as para Roma e arruinando as cidades e o campo, que ficariam sem os serviços de adoração e pregação. Para Lutero, “nem os turcos” teriam conseguido realizar “devastação igual na Itália”, até “suprimindo a adoração a Deus”, e o próximo alvo seria a Alemanha, na expectativa de que os “bêbados alemães” não percebessem o que estaria acontecendo até não sobrar nenhuma moeda. Para Lutero, o número de cardeais deveria ser reduzido pelo papado ou este deveria assumir os custos de sua manutenção, pois os alemães não deveriam mais, “como tolos”, tolerar “tamanho roubo e extorsão de sua propriedade pelo papa”, da mesma forma que o Reino da França já teria conseguido se precaver.⁶³

A próxima questão apresentada foi o tamanho da “corte papal”. Para Lutero, um por cento da cúria já seria o suficiente para apoiar as decisões em matéria de fé, mas “nem na Babilônia” haveria tal “infestação” como em Roma. Seriam mais de três mil secretários papais, fora outros gabinetes, que “nem poderiam ser contados”, todos “como lobos à espreita da ovelha alemã”. Lutero afirmou acreditar que, infrutífera e inutilmente, “a Alemanha já estava entregando mais recursos ao papa em Roma do que havia entregado aos imperadores em épocas anteriores”, o que seria responsável pelo empobrecimento do povo e da nobreza.⁶⁴

Lutero, então, afirmou que havia chegado ao “coração da questão”; que os alemães são seriam “tolos tão grandes” a ponto de não compreenderem as práticas dos romanos; que ele não estava reclamando do desprezo de Roma pela orientação de Deus e pelas leis cristãs; que ele também não estava reclamando sobre o descaso com eram tratadas a razão e as leis naturais e temporais; pois a situação seria ainda pior. A reclamação principal de Lutero era que eles sequer estariam guardando sua própria lei canônica, transformando-a em “mera tirania, avareza e esplendor temporal”. Para defender seu argumento, Lutero afirmou que a causa que teria motivado a “Nação Alemã” a fornecer recursos para Roma teria sido a “luta contra os turcos e infiéis em defesa da Cristandade”, mas que estes recursos estariam sendo usados para manter “muitas ordens religiosas e gabinetes administrativos” em Roma.

⁶⁰ Romanos 12:17

⁶¹ João 18:36

⁶² Filipenses 2:5-7

⁶³ Ibid., p. 19.

⁶⁴ Ibid., p. 19-20.

Portanto, para Lutero, seria chegada a hora dos bispos e príncipes da “Nação Alemã” considerarem seu dever a proteção do povo sob sua responsabilidade, fosse espiritual ou temporal, contra os “lobos vorazes em peles de cordeiros”, que “fingiam ser pastores e governantes”, mas que “vergonhosamente abusavam de sua condição”.⁶⁵

Um dos exemplos de subversão das leis canônicas dados por Lutero, dentre vários, foi a deposição do Bispo de Estrasburgo em decorrência das medidas reformadoras que este estaria conduzindo em sua diocese. Para Lutero, a motivação para esta “vergonha” era o perigo que a reforma de uma única igreja local representaria para Roma. Portanto, a fim de preservar a paz entre os prelados, seria necessário que os “reis e príncipes fossem lançados em discordâncias” e o “mundo fosse inundado pelo sangue dos cristãos”, pois somente assim a união da Cristandade não seria capaz de “atrapalhar a Santa Sé Romana com uma reforma”⁶⁶. Ainda em relação à forma como Roma “mudava” a interpretação das próprias leis canônicas, visando aumentar a incorporação das rendas eclesiásticas⁶⁷, Lutero afirmou que esta prática já teria sido prevista pelo Apóstolo Pedro, que “surgirão entre vocês falsos mestres que, em sua cobiça, os explorarão com histórias que inventaram”⁶⁸, e que esta prática se constituiria em “simonia”⁶⁹.

Finalizando a parte de sua “Carta Aberta” em que relaciona os “abusos que deveriam ser discutidos em concílios”, depois de repetir seu argumento de que o “medo da reforma e de concílios livres” estaria motivando Roma a preferir “lançar reis e príncipes em inimidade”, a fim de que sua “desonestidade” não fosse exposta⁷⁰, Lutero afirmou que Roma teria transferido este “comércio” para a casa bancária Fugger, de Augsburg⁷¹. Para ele, esta prática comprovaria o caráter de “roubo aberto e engano” desse “governo demoníaco”, dessa “tirania dos portões do inferno”, que estaria “arruinando o corpo e a alma da Cristandade”, o que tornaria um dever o uso de todo esforço na “proteção da Cristandade contra tal miséria e destruição”. Portanto, se ladrões eram enforcados e decapitados, “por que a avareza de Roma deveria ser deixada impune?”⁷²

A parte final da “Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã” reúne 27 artigos que, segundo Lutero, poderiam contribuir para a reforma dos “tenebrosos males” apontados

⁶⁵ Ibid., p. 20-21.

⁶⁶ Ibid., p. 23-24.

⁶⁷ Ibid., p. 25.

⁶⁸ II Pedro 2:1-3

⁶⁹ Ibid., p. 25.

⁷⁰ Ibid., p. 26.

⁷¹ Ibid., p. 27.

⁷² Ibid., p. 28.

por ele anteriormente na mesma obra e que “poderiam e deveriam” ser utilizados pelas autoridades temporais ou por um concílio geral.⁷³

Tendo em vista que a proposta deste artigo não contempla a análise detalhada dessa obra de Lutero, mas apenas sua possível influência sobre a atitude política dos príncipes alemães perante o Imperador do Sacro Império Romano Germânico, não me deterei em cada um dos artigos apresentados por Lutero, mas priorizarei aqueles cujo conteúdo possa ter contribuído mais diretamente para os acontecimentos que veremos a seguir.

Inicialmente, Lutero se refere novamente aos apóstolos Paulo⁷⁴ e Pedro⁷⁵, além da própria lei canônica, para afirmar que é competência do poder temporal proteger os inocentes e prevenir iniquidades. Portanto, a “nobreza cristã” deveria “levantar-se contra o Papa como inimigo comum e destruidor da Cristandade”, a fim de salvar as “pobres almas da tirania” que as estaria destruindo⁷⁶. Com este intuito, segundo Lutero, os bispos deveriam passar a ser indicados pelos príncipes, sem necessidade de confirmação papal, e nenhum poder temporal deveria submeter-se a Roma⁷⁷, principalmente o Imperador⁷⁸.

A seguir, Lutero passa a sugerir mudanças profundas na práxis cristã, tais como: a liberdade para bispos e ministros se casarem⁷⁹; a liberdade para cada cristão escolher para quem iria confessar seus pecados secretos⁸⁰; o fim das missas pelos mortos, das procissões, das peregrinações, dos festivais anuais e dos dias santos, permanecendo apenas o domingo⁸¹; e o fim das fraternidades, indulgências, dispensações e missas especiais⁸².

Lutero, então, voltou a tratar de questões com forte impacto político, começando por uma declaração a favor da busca por um entendimento com os “hussitas”, o que permitiria a reunificação da Cristandade, que estaria rompida desde a execução de John Huss e Jerônimo de Praga no Concílio de Constança, apesar do salvo-conduto imperial⁸³. Para Lutero, o próximo passo seria “uma boa reforma” nas universidades, priorizando-se o estudo das Escrituras e das disciplinas necessárias à sua correta interpretação, como a história e as línguas originalmente utilizadas no texto bíblico, ao invés da filosofia aristotélica, com

⁷³ Ibid., p. 29.

⁷⁴ Romanos 13

⁷⁵ I Pedro 2

⁷⁶ Ibid., p. 29.

⁷⁷ Ibid., p. 30.

⁷⁸ Ibid., p. 33.

⁷⁹ Ibid., p. 37-39.

⁸⁰ Ibid., p. 39-40.

⁸¹ Ibid., p. 40-41.

⁸² Ibid., p. 45-46.

⁸³ Ibid., p. 46-48.

exceção da retórica, pois esta contribuiria para a pregação. Além disso, os Evangelhos deveriam ser ensinados em alemão nas escolas elementares⁸⁴.

Finalmente, Lutero reforça sua posição já apresentada anteriormente sobre a posição do Sacro Império Romano Germânico em relação a Roma, de que careceria fundamento para a pretensão romana de que teria sido o papa seu doador aos alemães e, portanto, nenhuma submissão seria devida em retorno. Ao contrário, se a “perversidade papal” foi usada para dar o império à nação alemã, então que dele se fizesse verdadeiramente um novo Império Romano. Entretanto, para Lutero, os alemães possuíam o império nominalmente apenas, pois ao Papa pertenceriam “a riqueza, a honra, os corpos, as almas e tudo o mais que os alemães possuíam”. Não podendo tornar-se imperadores, os papas estariam colocando-se acima dos imperadores. Portanto, que o imperador alemão se tornasse “verdadeiramente livre” e não permitisse que sua autoridade fosse solapada pelas “pretensões cegas dos impostores interesseiros papais”.⁸⁵

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DA “CARTA ABERTA” DE LUTERO

Jared Diamond, premiado com o Pulitzer de 1998 por seu ensaio sobre os destinos das sociedades humanas, argumentou que os governantes das “sociedades não-igualitárias com governo centralizado” necessitavam de alguma ideologia que justificasse sua posição de controle sobre o restante de sua sociedade e que a religião institucionalizada vinha contribuindo para sustentar estas posições de autoridade desde os primórdios das sociedades humanas⁸⁶. Semelhantemente, o sociólogo Pierre Bourdieu demonstrou como os sistemas simbólicos, como a religião, têm o poder de “construção da realidade”⁸⁷.

O Sacro Império Romano Germânico foi uma união complexa de Estados situados na Europa Central e do Norte, que teve início com o Império Carolíngio e se desintegrou durante as guerras napoleônicas⁸⁸. Ao longo de dez séculos, houve mudanças na abrangência territorial, no sistema de governo e até mesmo no nome desse império, mas uma característica que permaneceu desde sua formação e que influenciou o período inicial da Reforma foi o uso constante da religião como instrumento na disputa pelo controle político da sociedade⁸⁹.

⁸⁴ Ibid., p. 48-51.

⁸⁵ Ibid., p. 51-53.

⁸⁶ DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*, p. 275-278.

⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, p. 9.

⁸⁸ BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal*, p. 69-78.

⁸⁹ JOHNSON, op. cit., p. 206-318.

Este referencial teórico nos ajudará a compreender as consequências políticas que os escritos de Lutero tiveram sobre os príncipes alemães do Sacro Império Romano Germânico, em particular a “Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã”, alvo desta análise.

Como vimos anteriormente, a “Carta Aberta” foi uma resposta de Lutero à ameaça de excomunhão divulgada pela bula *Exsurge Domine* (Levante, ó Senhor), emitida pelo Papa Leão X em 15 de junho de 1520. A recusa de Lutero em se retratar levou à promulgação de nova bula, em três de janeiro de 1521, a *Decet Romanum Pontificem* (Ao Agrado do Pontífice Romano), que excomungou Lutero e seus seguidores⁹⁰.

Tendo em vista o juramento solene realizado por Carlos V em sua eleição, de que nenhum alemão seria condenado sem que seu caso fosse objeto de análise imparcial realizada na própria Alemanha, foi dado um salvo-conduto imperial a Lutero para que ele se apresentasse diante da Dieta⁹¹ de Worms, em abril de 1521. Em Worms, diante de diversos príncipes alemães, ao ser “solicitado que se retratasse de seus erros”, Lutero respondeu: “A menos que eu seja convencido pelo testemunho das Escrituras ou pela razão manifesta, estou preso pelas passagens da Escritura que citei e minha consciência é cativa da Palavra de Deus. Eu não posso e não irei retratar-me de nada, pois não é seguro nem certo ir contra a própria consciência. Que Deus me ajude. Amém”.⁹²

O Edito de Worms, assinado por Carlos V em 26 de maio de 1521, proscreeu Lutero e seus seguidores por seus “erros doutrinários”, mas também devido à “rebelião contra a autoridade do Estado e da Igreja”⁹³. Até esse momento, Lutero não teria a intenção de desligar-se da Igreja, mantendo a esperança de “reformular a Igreja a partir de seu interior”, mas sua excomunhão pelo Papa Leão X e sua condenação pública pelo Edito de Worms parecia só lhe deixar a alternativa radical de “criar uma nova igreja e começar tudo de novo”⁹⁴. Para tanto, Lutero teria o apoio do seu príncipe, Frederico III da Saxônia, e do povo alemão, que vinha sendo influenciado por seus escritos. “O cheiro da tinta de impressão era o incenso da Reforma”⁹⁵. Ou seja, Lutero passaria a ser o “líder de um movimento religioso que havia se transformado numa revolução”⁹⁶, onde os governantes territoriais procuravam expandir sua

⁹⁰ MARTINA, op. cit., p. 133-134.

⁹¹ Assembleia política.

⁹² LINDBERG, op. cit., p. 110-111.

⁹³ DREHER, Martin N. A Crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma, p. 33.

⁹⁴ MCGRATH, op. cit., p. 60.

⁹⁵ JOHNSON, op. cit., p. 326.

⁹⁶ LINDBERG, op. cit., p. 112.

influência sobre a Igreja, desafiando o poder de Roma e contribuindo para o “desenvolvimento de uma Igreja territorial protestante”⁹⁷.

Lutero poderia ser preso a qualquer momento, mas, ao deixar Worms, ele foi “raptado” por um grupo de cavaleiros e levado ao castelo de Wartburg, onde ficou por dez meses escrevendo novos textos e traduzindo a Bíblia para o alemão⁹⁸. Durante esse período, houve diversos desdobramentos decorrentes da posição pública de Lutero diante do Imperador, em Worms, mas são as ações políticas dos príncipes alemães que interessam ao propósito desta análise.

A unidade do Império motivava Carlos V a tentar “extirpar a Reforma”⁹⁹, mas os interesses geopolíticos dos Habsburgos excediam em muito seus territórios alemães. Principalmente, havia a disputa com a França e o Papado pelo controle do norte da Itália, que levou ao saque de Roma em 1527, além da constante ameaça de invasão turca nos Balcãs¹⁰⁰. Essas circunstâncias favoreceram o “ímpeto dos príncipes imperiais por garantirem suas próprias liberdades e engrandecimento”¹⁰¹.

Após a morte do já citado Frederico da Saxônia, protetor de Lutero, em 1525, Filipe de Hesse assumiu “posição proeminente de liderança” do movimento de príncipes “evangélicos”, visando “defender a Reforma” na próxima Dieta, que aconteceria em Espira, em 1526. Mais uma vez, o cenário externo limitou a liberdade de ação do Imperador, que foi forçado a aceitar um acordo de tolerância religiosa em que “seus súditos viveriam, governariam e agiriam de maneira tal que cada um confiasse estar justificado diante de Deus e de sua Majestade Imperial”. Ocorreu, assim, uma “nacionalização da Reforma”, que aumentou o poder e a autoridade dos príncipes territoriais alemães¹⁰².

Resolvidos os problemas externos, Carlos V convocou nova Dieta em Espira, ocorrida em março e abril de 1529, visando “reconquistar o controle imperial da questão religiosa”. Isto deveria ser obtido a partir da anulação do acordo alcançado na Dieta anterior de Espira, em 1526, e a aplicação do Edito de Worms em todo território do Império, o que foi obtido devido ao apoio da maioria dos príncipes, que eram católicos. A resposta da minoria luterana foi apresentada sob a forma de um “protesto oficial” (*protestatio*), pois este princípio constitucional tradicional “protegeria a minoria contra uma posição majoritária injusta”. O protesto foi assinado por cinco príncipes imperiais: João da Saxônia Eleitoral – irmão de

⁹⁷ Ibid., p. 126.

⁹⁸ MARTINA, op. cit., p. 134.

⁹⁹ LINDBERG, op. cit., p. 274.

¹⁰⁰ KENNEDY, Paul. Ascensão e Queda das Grandes Potências, p. 39-45.

¹⁰¹ LINDBERG, op. cit., p. 274.

¹⁰² Ibid., p. 277-279.

Frederico, Filipe de Hesse, Jorge de Brandenburgo, Wolfgang de Anhalt e Ernesto de Braunschweig, além de 14 cidades autônomas. O protesto de Espira, inspirado na posição de Lutero em Worms, além de dar origem ao termo “protestante”, criou uma “separação que não viria a ser superada”, sendo considerado como um “grande evento de libertação nacional” e o “nascimento da consciência moderna”.¹⁰³

O “protesto evangélico” em Espira motivou o Imperador a tentar decidir a “questão religiosa” alemã, convocando nova Dieta na cidade de Augsburgo, em 1530¹⁰⁴. João da Saxônia, sucessor de Frederico e um dos líderes “protestantes”, determinou aos teólogos de Wittemberg que “preparassem um documento no qual ficassem evidentes os pontos de divergência com os representantes da velha fé”¹⁰⁵. A apresentação desse documento perante o Imperador coube a Melanchthon¹⁰⁶, pois Lutero não poderia participar da Dieta devido à sua proscricção.

Em seu prefácio, o documento afirmava: “Nós oferecemos e apresentamos uma confissão do ensinamento de nossos pastores e pregadores e de nossa própria fé, expondo como e de que maneira, com base nas Escrituras Sagradas, estas coisas são pregadas, ensinadas e assumidas em nossas terras, principados, domínios, cidades e territórios”. Mais uma vez, fica evidenciada que “a origem e desenvolvimento” da Reforma Luterana foram “tanto política quanto religiosa”.¹⁰⁷

Após a refutação apresentada pelos teólogos papais, Carlos V “declarou a questão encerrada”. Melanchthon ainda tentou defender a Confissão, mas o Imperador recusou-se a aceitar seus argumentos, demonstrando que havia “abandonado o papel de mediador para assumir o de partidário do partido papal”. Entretanto, ainda não foi naquele momento que Carlos V conseguiu convencer os príncipes alemães católicos a iniciarem uma guerra contra os príncipes protestantes, pois os católicos passaram a temer pelo “aumento do poder imperial que se seguiria caso os protestantes fossem derrotados”.¹⁰⁸

A possibilidade cada vez mais iminente de uma guerra religiosa levou os príncipes protestantes a constituírem uma liga de defesa, em 1531, conhecida pelo nome da cidade onde se reuniram, Esmalcalda¹⁰⁹. A resistência ao Imperador tornou-se questão de debate jurídico e teológico, prevalecendo a posição de Lutero de que os governantes não eram “apenas súditos

¹⁰³ Ibid., p. 279-281.

¹⁰⁴ Ibid., p. 281.

¹⁰⁵ DREHER, op. cit., p. 37.

¹⁰⁶ Filipe Melanchthon foi um reformador alemão. Colaborador de Lutero, redigiu a Confissão de Augsburgo e converteu-se no principal líder do luteranismo após a morte de Lutero.

¹⁰⁷ LINDBERG, op. cit., p. 283-284.

¹⁰⁸ Ibid., p. 285.

¹⁰⁹ DREHER, op. cit., p. 38.

do Imperador, mas também governantes responsáveis, em termos políticos e espirituais, por seus próprios súditos”. A ação defensiva para “proteção do Evangelho” foi entendida por Lutero como um caso de “guerra justa”¹¹⁰.

Na verdade, desde 1529 que Filipe de Hesse procurava desenvolver uma frente unida de resistência ao Imperador, pela união de forças com os reformadores da cidade de Zurique. Entretanto, havia sérias divergências teológicas entre Lutero e Zuínglio¹¹¹, principalmente sobre a “natureza da presença real” na Ceia do Senhor, que Filipe tentou conciliar no Colóquio de Marburgo, mas sem sucesso.¹¹²

O símbolo de “unidade e fé” da Liga foi a subscrição da Confissão de Augsburgo pelos seus componentes, fossem príncipes ou cidades autônomas. A Liga se expandiu rapidamente, “em resposta aos acontecimentos”. Com a morte de Zuínglio na batalha de Kappel, em outubro de 1531, as cidades imperiais do sudeste da Alemanha que haviam optado por se aliar à Zurique precisaram buscar a proteção da Liga.¹¹³

Outra característica que demonstra os “traços políticos” da Reforma na Alemanha foi o conjunto de acordos militares que a Liga estabeleceu com potências estrangeiras inimigas dos Habsburgos, como França, Inglaterra e Dinamarca. Além disso, nova investida dos turcos forçou Carlos V a recuar mais uma vez e convocar uma Dieta em 1532¹¹⁴. A “Pausa de Nuremberg” foi um “armistício entre dois partidos religiosos”, um ato legal de tolerância que durou mais de uma década e que protegeu a expansão protestante por outras regiões da Alemanha. Por exemplo, a “redução das diferenças entre luteranos e zwinglianos no tocante à Ceia do Senhor”, alcançada pela Concórdia de Wittemberg, de 1536, permitiu que mais cidades imperiais da Alemanha se unissem à Liga, “desalojando a reforma zwingliana do Império”. Ao começo da Guerra de Esmalcalda, em 1546, praticamente só os territórios diretamente pertencentes à casa de Habsburgo e a região mais ao sul permaneceram católicos em território imperial¹¹⁵.

Durante a Pausa de Nuremberg, Carlos V buscou “restaurar a unidade do Império através de diálogos religiosos”. Diversos colóquios foram realizados, mas as “fórmulas conciliatórias” alcançadas foram rejeitadas “tanto por Roma quanto por Lutero” e o conflito

¹¹⁰ LINDBERG, op. cit., p. 283-284.

¹¹¹ Ulrico Zuínglio, ou Ulrich Zwingli, foi um teólogo suíço e principal líder da Reforma Protestante no norte da Suíça.

¹¹² MCGRATH, op. cit., p. 79.

¹¹³ LINDBERG, op. cit., p. 288.

¹¹⁴ MARTINA, op. cit., p. 140.

¹¹⁵ LINDBERG, op. cit., p. 288-289.

religioso “rumava para a guerra”¹¹⁶. A transferência da discussão do âmbito religioso para o político, fez com que a Reforma “se tornasse cada vez mais uma questão de responsabilidade dos príncipes e cidades”¹¹⁷.

Em 1546, pouco depois da morte de Lutero, a iniciativa militar coube à Liga de Esmalcalda, em resposta à tentativa de Carlos V de implementar o Edito de Worms contra a Saxônia e o Hesse, mas o ambiente externo estava favorável ao Imperador¹¹⁸. Além disso, este conseguiu enfraquecer a Liga ao atrair um de seus líderes, Maurício da Saxônia-Meissen, em troca da promessa de torná-lo Eleitor em lugar de seu primo, João da Saxônia-Wittenberg¹¹⁹. Maurício passou a ser conhecido como “Maquiavel alemão” e “Judas de Meissen”, mas a posição moral da Liga já estava enfraquecida desde a divulgação do caso de bigamia envolvendo outro de seus líderes, Filipe de Hesse¹²⁰.

Em 1547, na batalha de Mühlberg, localidade próxima a Wittenberg, os protestantes foram derrotados e a Liga de Esmalcalda foi destruída¹²¹. Em Wittenberg, Carlos V confiscou os títulos e posses dos nobres derrotados, mas não permitiu que o corpo de Lutero fosse desenterrado para ser queimado como herege. “Eu não faço guerra contra homens mortos”, teria dito ele¹²².

Mais uma vez, o Imperador buscou “restabelecer um império unificado”, convocando os nobres para nova Dieta, em Augsburgo. Apesar da “força política e militar” dos protestantes estar enfraquecida, seu “poder religioso continuava intacto”, forçando o Imperador a um compromisso conhecido como “Íterim de Augsburgo”, em 1548, que deveria vigorar até a conclusão do Concílio de Trento¹²³. Pelo acordo, em terras protestantes continuava sendo permitido “o casamento de sacerdotes, a comunhão sob duas espécies e a doutrina da justificação”¹²⁴.

Apesar de alguns teólogos luteranos, principalmente Melanchthon, “racionalizarem a reintrodução de elementos do culto e da teologia católicos” como “questões indiferentes”, houve “forte oposição” ao Íterim entre os líderes protestantes, principalmente no “território natal de Lutero”. Pastores da cidade de Magdeburg produziram uma “justificação protestante

¹¹⁶ Ibid., p. 289-290.

¹¹⁷ DREHER, op. cit., p. 38.

¹¹⁸ LINDBERG, op. cit., p. 290.

¹¹⁹ Na época da Reforma, a Saxônia era dividida em duas partes, Saxe-Wittenberg e Saxe-Meissen, sendo que a dignidade eleitoral pertencia ao Duque de Saxe-Wittenberg.

¹²⁰ LINDBERG, op. cit., p. 290.

¹²¹ MARTINA, op. cit., p. 140.

¹²² LINDBERG, op. cit., p. 290.

¹²³ MARTINA, op. cit., p. 140-141.

¹²⁴ LINDBERG, op. cit., p. 290.

de resistência religiosa à autoridade”, a chamada “Confissão de Magdeburg”. Maurício, o novo Eleitor, não teve dificuldade em dominar a cidade pelas armas, em 1551, mas a “direção dogmática” assumida pelo Concílio de Trento eliminou “toda e qualquer justificativa para aceitar o Ínterim”, que tinha se mostrado “pouco satisfatório tanto para os católicos quanto para os protestantes”.¹²⁵

A vitória do Imperador sobre os protestantes em Mühlberg não finalizou os problemas políticos que ameaçavam dividir o Império. Os interesses dos Habsburgos incluíam os vastos territórios da Espanha e, em 1521, Carlos V reconheceu a soberania do seu irmão, Fernando, sobre a Áustria e os Estados hereditários dos Habsburgos em território alemão. Além disso, desde 1527, Fernando também havia sido escolhido como Rei da Boêmia e da Hungria, territórios não pertencentes ao Império. A “tensão entre as casas austríaca e espanhola dos Habsburgos representava a tradicional rivalidade entre irmãos, só que em grande escala”¹²⁶.

A disputa dos irmãos Habsburgos pela sucessão do trono imperial, que “ameaçava os direitos dos príncipes-eleitores”, levou Maurício da Saxônia a trocar de lado mais uma vez e liderar a revolta dos príncipes protestantes. Maurício obteve o apoio de Henrique II, Rei da França, e avançou sobre a Áustria. Carlos fugiu para a Itália e coube a Fernando negociar com Maurício. O tratado assinado por estes dois em Passau, em 1552, foi a base da Lei Imperial de 1555, conhecida como “Paz de Augsburgo”.¹²⁷

As principais cláusulas da Paz de Augsburgo foram: *Cuius Regio, eius et Religio* — “de quem for o reino, dele será a religião” — os príncipes poderiam escolher livremente sua religião, mas os súditos deveriam seguir a religião do príncipe, mantendo o direito de vender seus bens e emigrar para outro território (*ius emigrandi*); *Reservatum Ecclesiasticum* — “reserva eclesiástica” — os príncipes eclesiásticos que abandonassem o catolicismo após 1552 perderiam seus cargos e posses; e *Declaratio Ferdinanda* — “declaração de Fernando” — reconhecia aos nobres e cidades que tivessem abraçado a Confissão de Augsburgo antes de 1552 o direito de continuarem livremente em sua fé, sem perda de títulos e posses.¹²⁸

A Paz de Augsburgo foi influenciada pela preocupação dos príncipes alemães, tanto protestantes quanto católicos, em “aumentar seus poderes particularistas”¹²⁹. Ela não foi consequência de algum “senso de tolerância”, mas pela “percepção política” e

¹²⁵ Ibid., p. 290-292.

¹²⁶ Ibid., p. 293.

¹²⁷ Ibid., p. 293-294.

¹²⁸ MARTINA, op. cit., p. 141-142.

¹²⁹ LINDBERG, op. cit., p. 294.

reconhecimento de que os príncipes deveriam possuir soberania sobre a religião, pois “a unidade política não poderia subsistir sem a unidade religiosa”¹³⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “Carta Aberta à Nobreza Cristã da Nação Alemã” não é a obra mais conhecida de Lutero, mas suas propostas revolucionárias exerceram grande influência sobre vários príncipes alemães, vassalos do Sacro Império Romano Germânico, que as utilizaram como ferramentas na busca por seus objetivos políticos, como vimos acima.

As experiências conhecidas da vida de Lutero pouco nos ajudam a compreender suas motivações em escrever esta obra de tão grande alcance político e religioso, exceto por sua obstinação em obter a certeza da Salvação, o que levou à formação de sua doutrina da justificação pela fé. Certamente, foi esta fé, desenvolvida em seu relacionamento com o Deus da Palavra, que o sustentou diante do Imperador Carlos V, na Dieta de Worms, em 1521, e lhe permitiu manter limpa sua consciência.

Entretanto, Lutero provavelmente teria o mesmo destino que teve John Huss no Concílio de Constança¹³¹, caso não tivesse ficado sob a proteção de alguns nobres alemães, principalmente de Frederico da Saxônia, seu soberano em Wittenberg. Como vimos, esta postura de desafio só foi possível devido à realidade das relações políticas e militares do “momento histórico”¹³² vivido por Lutero, que incluíram: a eleição de novo Imperador; disputas constantes entre Império, França e papado pelo controle dos territórios do norte da Itália; seguidos ataques dos turcos otomanos nos Balcãs; e a disputa entre os dois irmãos Habsburgos pelo controle político do Império, em detrimento dos interesses dos príncipes eleitores.

As motivações dos príncipes alemães nesse período de mais de três décadas certamente não podem ser generalizadas e, muito menos, simplificadas, mas podemos relacionar boa parte de suas atitudes com os argumentos utilizados por Lutero em sua “Carta Aberta”. Afinal, como disse Bourdieu, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”¹³³.

¹³⁰ MARTINA, op. cit., p. 142.

¹³¹ MARTINA, op. cit., p. 73.

¹³² BLOCH, op. cit., p. 60.

¹³³ BOURDIEU, op. cit., p. 7-8.

Nitidamente, não era intenção de Lutero sublevar os príncipes alemães contra o Imperador recém-eleito, mas incentivar a nobreza alemã como um todo a se unir contra a ação do papado em território do Império. Entretanto, a partir do momento que o Imperador abandonou a posição de juiz imparcial para passar à defesa dos interesses identificados com Roma, naturalmente, os argumentos de Lutero se voltaram contra ele também.

A atitude parcial do Imperador pode até ser compreendida a partir da análise dos desdobramentos previsíveis do texto de Lutero. Por exemplo, ao defender o fim da “primeira muralha dos romanistas”— que o poder temporal não possuiria jurisdição sobre o “estado espiritual”, Lutero estaria incentivando a concentração de poderes e o aumento da autoridade dos senhores territoriais, o que contrariava os interesses centralizadores do Imperador. Adicionalmente, ao atacar a doutrina da “infalibilidade papal” na interpretação das Escrituras — a “segunda muralha”, Lutero estaria concedendo aos teólogos acadêmicos, como ele mesmo, a capacidade de chegar a conclusões específicas para suas circunstâncias, como foi o caso do debate jurídico e teológico sobre a questão da resistência ao próprio Imperador, quando prevaleceu a posição de Lutero de que os governantes não eram “apenas súditos do Imperador, mas também governantes responsáveis, em termos políticos e espirituais, por seus próprios súditos”.

Por outro lado, é necessário frisar que a argumentação de Lutero contra a “terceira muralha” — de que somente o papa poderia convocar concílios, demonstra claramente a intenção inicial de Lutero em manter a unidade da Igreja com o uso da ferramenta conciliar, conclusão que é reforçada pelos diversos “abusos” que ele apresentou para discussão nesses concílios, muitos de natureza econômica e não política. A análise desses “abusos”, em conjunto com os 27 artigos para “reforma do estado cristão”, nos permite concluir que Lutero almejava para a “nação alemã” uma igreja com boa dose de autonomia em relação a Roma, como ele entendia que a França já havia alcançado¹³⁴, mas não o fim da unidade cristã.

Finalmente, como foi visto, as diferentes respostas da “Nobreza Cristã da Nação Alemã” à “Carta Aberta” de Lutero, levaram ao surgimento dos “Protestantes”, da Confissão de Augsburgo, da Liga de Esmalcalda e culminaram com a Paz de Augsburgo, que proporcionou estabilidade política e religiosa ao Império até a eclosão da Guerra dos Trinta Anos, em 1618.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹³⁴ LUTHER, op. cit., p. 19.

- BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**. São Paulo: Globo, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CLAUSEWITZ, Carl V. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- DAVIS, Natalie Zemon. **“Ritos de Violência”**. In: *Culturas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- DREHER, Martin N. **A Crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma**. São Leopoldo: Sinodal, 1996.
- JOHNSON, Paul. **História do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.
- LINDBERG, Carter. **Reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- LUTHER, Martin. **An Open Letter to The Christian Nobility of the German Nation, Works of Martin Luther**. Philadelphia: A. J. Holman Company, 1915.
- LUTHER, Martin. **Disputation of Doctor Martin Luther on the Power and Efficacy of Indulgences, Works of Martin Luther**. Philadelphia: A. J. Holman Company, 1915.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Antonio D’Elia. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- MARTINA, Giacomo. **História da Igreja – De Lutero a Nossos Dias**. São Paulo: Loyola, 1995.
- MCGRATH, Alister E. **Revolução Protestante**. Brasília: Palavra, 2012.
- TREVOR-ROPER, Hugh. **Religião, a Reforma e Mudança Social**. São Paulo: Topbooks, 2007.
- TUCHMAN, Barbara W. **A Marcha da Insensatez**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.